



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 045 CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 10 DE MAIO DE 2007 ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Luiz Nishimori
Democratas	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 045

41ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 03

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 07

Dep. Cleiton Kielse 07

Dep. Jocelito Canto 09

Dep. Professor Luizão 12

Horário das Lideranças:

Liderança do PMDB

Dep. Cleiton Kielse 08

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 09

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 10

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira 13

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 14

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 16

Liderança do PPS

Dep. Douglas Fabrício 18

Explicações Pessoais:

Dep. Valdir Rossoni 20

Dep. Luiz Claudio Romanelli 22

Dep. Durval Amaral 23

Dep. Osmar Bertoldi 24

Encerramento da Sessão 24

DIÁRIO Nº 045

41ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 41ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

10 DE MAIO DE 2007

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Alexandre Curi e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mamede, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Rui Hara, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (32).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Ademar Traiano, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Nereu Moura, Pedro Ivo, Reni Pereira, Ribas Carli Filho e Rosane Ferreira (16).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Ney Leprevost e Stephanes Júnior (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

Sob o nº 065/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, restitui a esta Casa de Leis o Projeto de Lei nº 712/05, de autoria do Deputado Durval Amaral. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

OFÍCIO Nº 107/07

Curitiba, em 10 de maio de 2007.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária de hoje - 10/05/2007 - quinta-feira, por estar em missão oficial, representando esta Casa de Leis na recepção a Sua Santidade o Papa Bento XVI, na capital do estado de São Paulo, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos neste dia.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1241

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, com fundamento no artigo 107 do Regime Interno desta Casa, após ouvido o douto Plenário, diminuição de interstício e transformação da Sessão Plenária de 14 de maio de 2007 em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei 311/07, que estabelece critérios para

reajuste aos funcionários públicos estaduais, oriundo da Mensagem 015/07.

Sala das Sessões, em 10.05.07.

(aa) ANTONIO BELINATI, VALDIR ROSSONI, OSMAR BERTOLDI, DUÍLIO GENARI, AUGUSTINHO ZUCCHI, PASTOR EDSON PRACZYK, MARCELO RANGEL, DOUGLAS FABRÍCIO, DURVAL AMARAL, ELIO RUSCH, JOCELITO CANTO, RUI HARA e ROSANE FERREIRA.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 345/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a Associação Fênix, com sede e foro no município Curitiba, no estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.05.07.

(a) STEPHANES JUNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Associação Fênix é uma instituição não-governamental, sem fins lucrativos e regularmente constituída de acordo com a legislação brasileira.

Em suas atividades a entidade presta atendimento psicológico, jurídico e social a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual ou portadores de HIV, sendo uma das únicas instituições que atende este público no Paraná.

O público atendido pela instituição é encaminhado por instituições de renome, que podem atestar a idoneidade e importância do trabalho desenvolvido pela instituição, tais como o Hospital de Clínicas, a Vara de Infância e Juventude, o Conselho Tutelar, a Fundação de Ação Social da Prefeitura de Curitiba e o Ministério Público.

O título de utilidade pública é essencial para que este trabalho possa ser mantido e para que o número de crianças atualmente atendidas possa ser ampliado.

PROJETO DE LEI Nº 346/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Governo do Estado do Paraná, autorizado, doar imóvel de sua propriedade, à Prefeitura Municipal de Itapejara d'Oeste, para funcionamento de entidades da agricultura familiar, com as seguintes especificações:

Parágrafo Único. Trata-se de imóvel denominado Lote de Terreno Urbano nº 4 (quatro) com 1.041,20 m2

(hum mil e quarenta e um vírgula vinte metros quadrados) e Lote de Terreno Urbano nº 5 (cinco) com 1.047,00 m2 (hum mil e quarenta e sete metros quadrados), ambos da Quadra nº 38 (trinta e oito), da Planta Geral da Cidade de Itapejara d'Oeste matriculado sob o nº 889 e sob o nº 891 respectivamente. Registrados do Cartório de Registro de Imóveis, 1º Ofício da Comarca de Pato Branco - Estado do Paraná. O referido imóvel possui um prédio de alvenaria, destinado a Agência do Banco Itaú.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo anterior será destinado, exclusivamente, para acomodar as instalações e funcionamento das organizações da agricultura familiar do município de Itapejara d'Oeste, revertendo a posse estado do Paraná, caso o fim não seja esse.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.05.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela visa autorizar o Governo da Estado a doar imóvel à prefeitura municipal de Itapejara para funcionamento das entidades da agricultura familiar daquele município.

O referido imóvel fora objeto de doação do estado do Paraná, no ano de 1975, ao Banco do Estado do Paraná S/A. Entretanto consta na escritura de doação, a cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade, ou seja, quando da privatização do BANESTADO, por força desta cláusula, o imóvel em questão não pode ser repassado ao patrimônio do Banco Itaú, muito embora este banco privado tenha usufruído desta agência até o mês de abril do corrente ano, quando, resolvera encerrar suas atividades naquela cidade.

Com o fechamento da agência do Banco Itaú e conseqüentemente o encerramento de suas atividades e utilização do patrimônio público do estado do Paraná, a Prefeitura de Itapejara d'Oeste requer esta sede para que a organização da agricultura familiar daquele município, possam fazer uso e com isso livrá-las do aluguel.

Certa de que a proposição em tela atende aos superiores interesses da administração pública, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa para apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 347/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o estado do Paraná obrigado a destinar para o Fundo Estadual de Assistência Social - FAES recursos do orçamento próprio estadual equivalente a:

a) 5% do FUPEN - Fundo Penitenciário do Paraná, instituído pela Lei nº 4955, de 13 de novembro de 1964;

b) 2% do FUNREJUS - Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário, instituído pela Lei nº 12216, de 15 de julho de 1998;

c) 0,5% de toda a arrecadação com o IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, instituído pela Lei nº 8216, de 31 de dezembro de 1985;

d) 0,25% de toda a arrecadação com o ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, instituído pela Lei nº 8933, de 23 de janeiro de 1989;

e) 2% de toda a arrecadação com a Taxa Ambiental, instituída pela Lei nº 10233, de 28 de dezembro de 1992;

f) 1% de todas as taxas previstas na legislação sanitária;

g) 1% de todas as taxas previstas na legislação de trânsito;

h) 2% de todas as taxas cobradas pela Junta Comercial do Paraná;

i) 5% da taxa oriunda da prestação de serviços de segurança preventiva pela Polícia Militar do Paraná; e

j) 2% das taxas de serviços de inspeção e fiscalização do transporte intermunicipal, interestadual e escolar.

Art. 2º Os recursos financeiros do FEAS serão depositados em conta específica, a ser movimentado pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, através do seu Secretário.

Art. 3º Revoga-se o parágrafo 2º do artigo 2º do Regulamento do Fundo de Assistência Social - FEAS aprovado pelo Decreto Estadual nº 2215, de 13 de agosto de 1996 e as demais disposições em contrário.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.05.07.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

A assistência social no Brasil compõe o pacto federativo da união com os estados e municípios, todos atuando em parceria para a realização de seus fins, em conformidade com as suas diretrizes que se encontram na Constituição Federal.

Objetivando regulamentar a organização da assistência social no Brasil, foi editada a Lei nº 8742/93, que recebeu o nome de Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Segundo esta lei é de competência do Estado:

Art. 13. Compete aos estados:

I - destinar recursos financeiros aos municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social;

II - apoiar técnica e financeiramente os serviços, os programas e os projetos de enfrentamento da pobreza em âmbito regional ou local;

III - atender, em conjunto com os municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência;

IV - estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social;

V - prestar os serviços assistenciais cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços, desconcentrada, no âmbito do respectivo estado. (LOAS)

Além disso, estabelece como requisito para o repasse de verbas federais:

Art. 30. É condição para os repasses, aos municípios, aos Estados e aos Distrito Federal, dos recursos de que trata esta lei, a efetiva instituição e funcionamento de:

I - Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre o governo e sociedade civil;

II - Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social;

III - Plano de Assistência Social.

Parágrafo Único. É ainda, condição para transferência de recursos do FNAS aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à assistência social, alocados em seus respectivos Fundos de Assistência Social, a partir do exercício de 1999. (Incluído pela Lei nº 9720, de 30 de novembro de 1998) (LOAS)

Vejamos que parágrafo único da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Lei nº 8742 de 7 de dezembro de 1993, foi acrescido à Lei em 1998, após a edição da lei estadual em 1996. Ocorre que não existe na lei estadual e nem no decreto que regulamenta, bem como não foi objeto de política de governo até o presente momento, a “comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à assistência social”, alocados no Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS. Esta determinação deveria ser cumprida desde o exercício financeiro de 1999.

Por esta razão, o Governo Federal está exigindo o cumprimento do parágrafo único para que continue a repassar os recursos para o FEAS.

Visando solucionar este problema é o intuito da presente proposição.

Destacamos que, no âmbito estadual, a assistência social está regulamentada pela Lei nº 11362, de 12 de abril de 1996. Nela se previu - artigos 12 e 13 - a criação do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

Logo após o Governo do Estado do Paraná regulamentou o FEAS através do Decreto Estadual nº 2215, de 13 de agosto de 1996.

Destaque-se, que apesar destas normas estabelecerem as receitas que constituirão o FEAS, não houve vinculação de receita, de modo a possibilitar a “comprovação orçamentária de recursos próprios”, conforme determinação da LOAS.

Por outro lado, informamos que o artigo 2º desta proposição visa corrigir um pequeno detalhe do decreto estadual, que previa que os recursos do FEAS seriam depositados em conta especial do Banco do Estado do Paraná - que já não existe - e que seria movimentado pela Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, através de seu Secretário - também já extinta.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a provação do projeto de lei em tela, que, temos certeza, trará enormes benefícios aos exportadores paranaenses.

Outrossim, encontra-se em anexo cópia integral das referidas normas acima indicadas, bem como a transcrição dos artigos da Constituição Federal, dando cumprimento ao Parágrafo 5º do artigo 117 do Regimento Interno desta nobre Casa.

Constituição da República Federativa do Brasil

...

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo Único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento;

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) - CF.

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe presta serviço, mesmo sem vínculo empregatício; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

b) a receita ou o faturamento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

c) o lucro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o artigo 201; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

III - sobre a receita de concursos de prognósticos;

IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003)

§ 1º As receitas dos estados, do distrito federal e dos municípios destinados à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da união.

§ 2º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

§ 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no artigo 154, I.

§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no artigo 150, III, “b”.

§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do caput deste artigo poderão ser alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de-obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

§ 10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o Sistema Único de Saúde e ações de assistência social da união para os estados, o distrito federal e os municípios, e dos estados para os municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 11. É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que tratam os incisos I, “a”, e II deste artigo, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 12. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes na forma dos incisos I, “b”; e IV do caput, serão não-cumulativas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003)

§ 13. Aplica-se o disposto no parágrafo 12 inclusive na hipótese de substituição gradual, total ou parcial, da contribuição incidente na forma do inciso I, “a”, pela incidente sobre a receita ou o faturamento. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003) - CF

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. - CF

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no artigo 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidade beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Parágrafo Único. É facultado aos estados e ao distrito federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluídos pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003)

I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003)

II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003)

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003) - CF

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Nelson Justus de cabeça quente hoje com a derrota do Atlético, por sinal jogou bem, mas acabou eliminado da Copa do Brasil - Deputado Jocelito Canto, Deputada Luciana Rafagnin, Deputado Duílio Genari, que é o aniversariante de hoje, que Deus continue abençoando sua vida.

Sr. Presidente, o SindSaúde está divulgando uma carta a todos nós Parlamentares e tomo a liberdade de ocupar a tribuna para proceder à sua leitura.

(Lê):

“Sob ameaça

Os trabalhadores estaduais de saúde conquistaram, há mais de 15 anos, a redução de jornada de trabalho para 30 horas semanais, ressalvadas as jornadas estabelecidas por legislação federal.

Estes trabalhadores, após sofrerem o desconto salarial por falta injustificada em dois dias, mesmo desempenhando normalmente suas funções, permanecem sob ameaça.

Sem negociar, o governo Requião agora diz que o desconto será de até 20 dias para aqueles servidores que mantêm a jornada que realizam há mais de 15 anos. O que o governo não conta é que parcela significativa destes trabalhadores tem legislação federal específica, mandato de segurança ou portaria do próprio governo estabelecendo carga horária de 20, 24, ou 30 horas semanais.

Além do desconto, o clima nos locais de trabalho da Secretaria da Saúde está cada vez pior. As poucas horas que vários chefes permanecem nestas unidades são dedicadas a pressionar e ameaçar os servidores. Chefias que, ao invés de atender as necessidades de saúde da população, mantêm outros vínculos trabalhistas e não se dedicam exclusivamente ao serviço público, como manda a lei.

Por fim, a ameaça mais recente diz respeito a perda de emprego. O governo Requião, que alardeia posições de esquerda, diz que servidores estáveis poderão perder seus vínculos por faltas ao trabalho que, na verdade, não aconteceram. E, neste conflito o jogo da chefia é sujo: os trabalhadores não têm acesso aos livros ponto e aos espelhos de plantões que comprovam sua presença nos locais de trabalho.”

Fica o registro, com a leitura desta Carta ao Povo do Paraná, do Sindsaúde, na esperança de que esta situação de guerra, de pressão, tenha um fim e se abra o diálogo com o Governo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Cleiton Kielse.

Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITO KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que nos traz à tribuna no dia de hoje, não só a preocupação a respeito da situação que os Prefeitos estão passando nesse momento, é a respeito de uma nova sigla que o Brasil tem acompanhado pela mídia. O famigerado FUNDEB, o Fundo de Desenvolvimento à Educação que não só está dando muita dor de cabeça aos Prefeitos, às Câmaras de Vereadores, mas com certeza, a todos os professores e estudantes do Paraná e do Brasil. Nós tivemos a regulamentação, nos últimos 30 dias, da mudança do FUNDEF para o FUNDEB, onde o Presidente Lula não só demonstrou que nós teríamos um investimento médio acima dos 25%, que chegaria em alguns estados, a 32% e que nós teríamos não só o nono ano do Ensino Fundamental, que é o acréscimo de mais de um ano, mas teríamos a possibilidade de um investimento médio de quase um bilhão de reais/ano, subdividido em 5 mil prefeituras.

No dia de hoje estou colocando um requerimento, solicitando a esta Presidência, Deputado Nelson Justus, que possamos instalar no mês de junho - daqui duas ou três semanas - o 1º Fórum Estadual do FUNDEB aqui na Assembléia Legislativa, um Fórum onde convido o Ministro da Educação, convido todos os Secretários Municipais do Estado do Paraná, o Secretário de Estado da Educação do Estado do Paraná e todos os Coordenadores da Educação, para que possamos discutir, demonstrar e pactuar algo real em favor da educação paranaense e brasileira. Não só a preocupação de todos os Parlamentares por essa falta de informação, mas tenho convicção que vamos ter 90% das prefeituras com grandes problemas no TCU - Tribunal de Contas da União - e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Essa preocupação é dada por um relatório que foi demonstrado que apenas o município de Apucarana, no estado do Paraná, ganharia mais recursos com a questão do FUNDEB. Eu acho que é uma ironia. Mas, talvez um técnico possa nos informar, possa explicar a todos os Prefeitos, porque diuturnamente tenho feito contatos com os Prefeitos e nenhum Prefeito - digo até estou com o Prefeito de Indianópolis na antesala, que fez uma demonstração que perderá este ano R\$ 178 mil, numa prefeitura 06, a de menor porte que temos no estado do Paraná.

O Sr. Péricles de Mello (PT) (Aparte)

Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. Já manifestei esta preocupação. Terça-feira fui convidado, como Presidente da Comissão de Educação da Casa, para ir a Brasília. Vai ter um seminário durante o dia todo com a Comissão de Educação da Câmara Federal. Nós estamos planejando, também, uma audiência

pública, sob o plano de desenvolvimento educacional, onde o FUNDEB passa a ser um dos aspectos mais importantes. Me somo à sua preocupação e à Comissão de Educação, com certeza, participar junto com o Deputado no chamamento desta audiência pública, deste fórum. Mas, realmente, é uma preocupação, ainda mais que os municípios agora terão ao invés de 4, 5 anos. E se diminuem os recursos, a coisa fica muito mais complicada. Temos certeza de que precisamos lutar para chegar a um termo melhor para os municípios, que são os entes federativos que menos recursos têm na divisão do bolo de recursos, dos recursos e impostos pagos pelo cidadão brasileiro.

Parabéns ao Deputado e me coloca à disposição para trabalhar junto com o senhor, nesta perspectiva.

O SR. CLEITO KIELSE

Sr. Presidente, uso o horário da Liderança do PMDB.

Passa a usar o Horário da Liderança do PMDB

Eu queria, realmente, em paralelo a isto, demonstrar uma reunião que tivemos ontem com o Secretário Maurício Requião, aonde não só mostrou o novo projeto de educação do estado do Paraná, as novas linhas que vamos adotar em parceria com todos os municípios do estado, a transparência que vamos ter este ano na aplicação, ampliação e mudança também dos recursos estaduais para a área da educação, mas principalmente a equação suficiente que todos nós, independente se Situação ou Oposição, vamos precisar de novas salas de aula.

Temos um cálculo, Deputado Durval, V. Exa. que é técnico aqui da Assembléia, o mais preparado na questão constitucional da Assembléia, que pode demonstrar que objetivamente você aumentando em um ano, sendo no ensino fundamental ou médio, proporcionalmente você precisará distribuído, no rol de tantas milhares de salas de aula que temos, no mínimo mais 1200 salas de aula só no estado do Paraná.

Vários Prefeitos estão locando salas de aula, locando igrejas, aproveitando espaços vazios nas suas cidades, uma dificuldade imensa para contribuir, realmente, para que o FUNDEF alcance não só o 9º ano que nós sabemos, de ensino fundamental, mas tendo a certeza que esta soma de forças paralelas aos acontecimentos que o governo do estado já tem feito em favor das cidades do Paraná, em favor dos municípios do Paraná. Em favor dos municípios do Paraná, nos traz constrangimento que dificilmente alcançaremos a possibilidade de concluirmos, até o final de 2007, quiçá 2008, o número de salas de aula suficientes.

Por isso, peço ao meu companheiro, Deputado Péricles, que não só nesta reunião de terça-feira, infelizmente e provavelmente não poderei estar junto, mas que façamos este fórum junto com a audiência pública de

V. Exa., somando as forças, trazendo os Prefeitos de todas as regiões do estado, que ficarão responsáveis na titularidade da coordenação dos seus FUNDEBs locais, mas principalmente poderemos ter uma conta de chegada, valores que hoje somariam quase R\$ 3 bilhões na educação, só no estado do Paraná, e eu acho que têm que ser respeitados esses números.

Hoje, qualquer Prefeito que estiver a 0,2% do seu orçamento, no diferencial dos 25% tem suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas. Vários ex-Prefeitos que aqui estão passaram por isso. Vários ex-Prefeitos, talvez para uma manutenção de ônibus, por uma conta de combustível, por uma sala de aula que tenham feito, mas que no final do ano, por um superávit, não tenham gasto 0,2%. E posso citar vários que estão aqui que não alcançaram, tiveram suas contas rejeitadas.

Por isso esta instrumentação que precisamos trazer de imediato às prefeituras, ao próprio Governo do Estado, me faz vir a esta tribuna, pedir a anuência deste Plenário num requerimento que vamos apresentar em seguida, em paralelo a outro requerimento a respeito de um processo que a PETROBRAS está devendo ao estado do Paraná. Um processo aonde acompanhamos, em 1999/2000 um descobrimento fático aqui no estado do Paraná. Da região sul do país, o estado do Paraná é o maior produtor de gás natural. E a região de Pitanga, de Mato Rico, duas cidades paupérrimas comparadas com as demais que temos na região oeste, da região metropolitana, temos os maiores veios de gás natural do estado do Paraná. E lá encontramos 4 poços de gás, que poderiam dar a vazão de 1 milhão de metros cúbicos por dia, dando sustentabilidade ao estado do Paraná e parte de Santa Catarina, só com a nossa região central do estado.

Nós sabemos que a PETROBRAS faz reserva de mercado em alguns setores. Tem feito na questão do petróleo, mas não podemos vislumbrar a Bolívia neste jogo de empurra - empurra, esperando uma negociação todos os dias, buscando um conflito permanente sobre o preço do gás. De repente temos um boicote que vem a prejudicar o Paraná e o Brasil.

O Paraná tem sustentabilidade natural para ajudar os demais municípios e vários outros estados. Por isso, este outro requerimento que estamos pedindo, aqui, é uma reunião com a diretoria da PETROBRAS no estado do Paraná, a diretoria nacional da PETROBRAS, pedindo que se não querem explorar de imediato estes poços, que eles já deixem prontos não só para mais termelétricas, de imediato, que também podem dar fornecimento de energia derivada do gás, mas que em paralelo a isto façam investimentos, como fizeram na época do descobrimento destes poços, quase US\$ 40 milhões foram investidos. Mas, que aquela região, com seus poços lacrados, esquecidos, isolados, sequer terão possibilidade de ter a exploração nos próximos 5 anos.

O terceiro assunto seria a questão do SindSaúde. Nós tivemos um contato com a Secretaria da Administração e estamos querendo uma explicação formal da Secre-

taria da Administração para saber o porquê do conflito com o sindicato, neste momento. E pelo que o sindicato nos passou, o porquê dos descontos aleatórios a pessoas que já estão de licença ou que são sindicalizados ou que estavam de licença no momento daquele afastamento de 1, 2 dias, naquela greve branca que foi feita.

Realmente quero explicar a todos os funcionários da saúde, sem conflito, mas que justiça seja feita: quem estava de licença, quem não deveria ter o desconto na área da saúde, tem que ter devolvidos seus recursos, nos seus holerites, neste mês ou no mês que vem. Acontecem movimentos sindicais muitas vezes inesperados, mas acho que injustiças devem ser corrigidas a tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o terceiro orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiro, quero cumprimentar os servidores da saúde aqui presentes e dizer que têm nosso apoio a importância da saúde para o estado do Paraná. Acho que pode até descontar os dias, concordo em descontar os dias do pessoal da saúde, sou a favor, mas primeiro para descontar os dias que não trabalharam, do salário, segundo o Secretário, tem que abrir aquela caixa preta do Instituto de Saúde, aí dá para descontar. Tem que abrir a caixa preta do Instituto de Saúde do Paraná, que foi fechado às pressas. Sabe como é quando se fecha alguma coisa às pressas? É porque por baixo daquele tapete tem alguma sujeirinha! Porque tem algo a esconder! Acho que pode até descontar os dias dos nossos funcionários, mas vamos abrir a caixa preta do Instituto de Saúde do Paraná!

Quero alertar este Parlamento mais uma vez: fecharam o Instituto de Saúde. Onde anda o Ministério Público? Existe o Ministério Público, ainda no Paraná? Tem! Queria perguntar, porque a informação que tem lá sobre o Instituto de Saúde, o que tem de coisa que foi comprada sem licitação, diz que é coisa de 1º mundo!

Se qualquer Prefeito, Deputado Kielse, fizer o que o Cláudio Xavier fez no Instituto de Saúde do Paraná, o Prefeito sai algemado da Prefeitura, sai algemado, pode ter certeza disso! O Prefeito que fizer o que esse Secretário fez no Instituto de Saúde, sai algemado da prefeitura!

Questão que o Deputado Kielse falou, Tribunal de Contas do Paraná. O Tribunal não é técnico, é um tribunal político, politiqueiro! Aprova as contas quando quer, e não aprova quando quer. Tem Deputado aqui que tem medo de falar do Tribunal de Contas, porque tem contas lá. Eu não estou nem ligando mais para as minhas contas no Tribunal de Contas. Podem desaproveitar tudo, podem fazer o que quiserem.

Aliás, lá no Tribunal tem gente para todos os gostos, tem todo tipo de gente, tem gente de antes, tem gente de hoje. Lá no Tribunal é uma “Maria vai com as outras”! Quando interessa, vai; quando não interessa, não vai. Então, eles aprovam as contas quando interessa. O Prefeito de Curitiba, eles aprovam as contas já no mês seguinte. Terminou o ano em janeiro, em março estão aprovadas as contas do Prefeito de Curitiba.

Vai lá ver, Deputado Belinati, as suas estão lá desde o seu primeiro mandato em 1900, eu não tinha nascido ainda. Deve estar lá! O senhor vem de 1970 na vida pública. Nasci em 1965. Estava iniciando a minha vida jogando futebol no Rio Grande do Sul, o senhor já era Deputado nesta Casa.

Então, quando se quer se aprovam as contas, ligeirinho.

Aliás, essas questões das contas, da publicidade do governo do estado, se não me falha a memória, tem um parecer favorável do Tribunal, para aprovar as contas do Governo Requião, em 2005, não tem?

Queria consultar aqui os Deputados que são mais ligados às contas, têm mais profundidade. Se não me falha a memória, Deputado Veneri, V. Exa. que é mais estudioso. V. Exa. estava aqui no dia que votaram as contas de 2005, não estava?

Solicito o horário do PTB, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Passa a usar o Horário da Liderança do PTB

Queria saber, vejo agora aquele Conselheiro, lá, que é o mais moderno deles, que ontem, carinhosamente, brinquei aqui.

A vida pessoal, cada um vive como quiser, faz o que quiser da vida. Um anda com mulher, outro anda com homem, não estou aqui para julgar ninguém. Cada um anda com quem quiser. A vida é de cada um, é pessoal. Deus deu a cada um a vida pessoal.

Agora, eu vi aquele Conselheiro, Dr. Guimarães dar um parecer dizendo que as contas do governo têm problemas na questão de publicidade, mas Srs. Deputados, ou estou enganado ou o Tribunal de Contas do Estado do Paraná mandou para esta Casa e foram aprovadas por esta Casa as contas do Governador Requião de 2005?

Eu não estava naquela Sessão de aprovação das contas de 2005, porque estava escrevendo aquele relatório da CPI dos Grampos. Foi uma das poucas vezes que faltei nesta Casa, mas me parece que foram votadas, naquele dia, as contas do Requião de 2005 e, se não me falha a memória, havia um parecer favorável do Tribunal de Contas para aprovar as contas. Como é que agora o Tribunal muda e emite um outro parecer sobre as contas do Secretário Pissetti?

Quero perguntar, é uma dúvida que tenho: como é que o Tribunal analisa as contas do Requião

de 2005, dá parecer favorável, esta Casa aprova as contas do Requião de 2005 e, agora, o mesmo Tribunal, por meio do Conselheiro Guimarães, dá um parecer dizendo que tem algo errado, tem que devolver dinheiro e tem que multar o Secretário? Eu não entendo mais nada! É por isso, Deputado Kielse, que esse Tribunal de Contas é um tribunal político e de muitos anos. Político, sim! Julga pelo interesse de alguém, quando alguém tem interesse. Quando tem interesse, aprova as contas!

As contas do Beto Richa foram aprovadas, rapidinho; as contas do Cássio Taniguchi foram aprovadas abaixo com o índice de educação, não tinha cumprido os 25%, e eles aprovam, eles deram parecer.

Deputado Péricles, V. Exa. vai sofrer! Se prepare! Suas contas estão todas rejeitadas no Tribunal de Contas. V. Exa. vai sofrer porque as suas contas não vão ser aprovadas!

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Eu tenho alguns pareceres pré-rejeição, mas estou em processo de defesa, não tem nenhuma desaprovação concluída ainda. Só para esclarecer, só isso.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Já tem. Acho que V. Exa. não está acompanhando. Dá uma olhadinha lá. Pode ter certeza que vão reprovar suas contas.

Prefeito do interior é “ferro” no Tribunal de Contas, a não ser que ... Deputado Pugliesi, a não ser o quê? Reticências, não é? Interrogação! Só aprova as contas no Tribunal de Contas a não ser que ... Olha o que estou falando! Pode publicar na imprensa! Prefeito do interior só aprova as contas a não ser que ... Peça para eles responderem o que é esse “que”! Agora, se eles não responderem, qualquer hora, quando tiver a TV Assembléia, aqui, vou trazer uma pérola espetacular. Eu ando com uma vontade imensa, faz tempo.

Então, fica para o Tribunal responder: quando é um Prefeito do interior, só aprova as contas se tiver ... Eles que respondam lá. Agora, da capital aprova, do governo aprova, quando eles querem aprovam e assim vai.

Tem muitos que entraram na vida pública e eram como eu: sou um radialista, não tenho fortuna, vivo devendo, vivo arrebitado, como os funcionários, aqui, que não têm riqueza. Têm muitos que entram na vida pública e, de repente, ficam bem, viajam para o exterior. Têm muitos que se submetem e vão ao exterior até ver corrida de cavalo, têm dinheiro, podem ir, mas ninguém tem coragem de falar. Mas, vou começar a falar. Estou com vontade de começar a falar um monte de coisas que esse Paraná não ouviu ainda - até porque não sou rico, não dependo de política, não vim ao mundo para ficar rico, vim só viver - falar o que tenho que falar; sofrer o que tenho que sofrer; enfrentar quem tiver que enfrentar:

Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Ministério Público.

Alguns amigos dizem: não se briga com todo mundo ao mesmo tempo. Eu brigo com todo mundo e vou brigar pelo direito. E se agora que lá em Brasília estão armando uma “cama de gato” para mim, querem cassar o meu mandato porque eu tinha um policial à disposição da Prefeitura, se fizerem isso, aí vou ficar rico! Vou me preparar para ficar rico! Aí vou escrever um livro “O que eu vi na política”. Vou colocar até as burradas que fiz lá, pra dar credibilidade ao livro. Até o que eu errei, não por sacanagem, mas vou colocar lá para ter credibilidade o meu livro!

Não sou um grande político, mas sou excelente radialista, que ouve, escuta, guarda documento, guarda tudo! Tenho uma pérola guardada e chega de safadeza, de podridão, de falso moralista fazendo discurso neste Paraná. Estou de saco cheio, desculpe a palavra, Sr. Presidente, de ouvir falsos moralistas darem discursos.

Não sou perfeito, não sou o melhor Deputado, mas tenho um sentimento: falo o que penso, luto pelo povo, não sou vadio, não faltei nenhuma Sessão deste Parlamento; nenhuma! Estive em todas as Sessões, vou e volto todos os dias e esses caras que andam aprovando isso e aquilo por interesse, me aguardem, que tem coisa boa aí. Nasci com sangue de radialista e não sou babaca e nem medroso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário das Lideranças, PDT, PSDB, Democratas, PT. Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Quero apenas fazer uma ratificação: o Deputado Tadeu Veneri vai usar o horário do PT, Professor Luizão. V. Exa. depois fala no Pequeno Expediente. Perdoe-me, omite o seu nome.

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Apenas solicitei para usar o horário do PT, porque queria fazer apenas uma consideração. O Deputado Kielse usou a tribuna e fez uma série de considerações sobre o FUNDEB e a preocupação que o FUNDEB possa vir a ser um grande problema para os municípios brasileiros de forma geral, inclusive, com a preocupação trazida aqui para que tenhamos um fórum específico para discutirmos as questões do FUNDEB.

Entendo que o FUNDEB, Sr. Presidente, assim como foi o FUNDEF, é um avanço para o país, para a população brasileira. É um avanço, Deputado Péricles - o senhor que é Presidente da Comissão de Educação - para

a cidadania. Porque ainda que tenhamos e é legítimo que tenhamos divergências com relação à forma da aplicação do Fundo, como esses recursos estão sendo direcionados, não dá para partirmos do discurso comum e do lugar comum que os municípios estão perdendo recursos por conta do FUNDEB. Acredito que os municípios estão tendo hoje uma menor disponibilidade de recursos livres por conta da FUNDEB. Isso é verdade, mas tem uma maior vinculação com os recursos destinados à educação básica.

Parece-me que esse sempre foi, Deputado Rui Hara, o objetivo de todo o país: fazer com que todo o seu cidadão possa estar alfabetizado, que possam estar em uma escola de qualidade pública, de qualidade universal, e, principalmente, fazer com que tenhamos um corpo técnico profissional, qualificado, respeitado e pago condignamente com recursos que estejam vinculados por 10, 15 anos. Esse é o objetivo do FUNDEB.

Falo isso, porque temos aqui dirigentes da APP, outros professores, profissionais da educação que sabem que todas as vezes que falamos em mexer em recursos, há um questionamento sobre quais os recursos que serão mexidos. É óbvio que o governo federal, hoje, aumentou muito sua arrecadação e essa não é partilhada nos municípios e que a Constituição de 1988 trouxe muito mais responsabilidades para os municípios, que ganhos. Mas também é óbvio que avançamos em uma série de debates, que nos propiciaram, por exemplo, o FUNDEF, que fez com que tivéssemos quase que a universalidade do ensino fundamental no Brasil, coisa que não acontecia há 400 anos.

Acho que não podemos desconsiderar o avanço que é o FUNDEB. Temos, sim, acho que é correta essa preocupação, de avançar na partilha dos recursos federais. Não é possível que apenas 1% ou 5%, como estava sendo votado ontem, Deputado Rossoni, até altas horas da noite, no Congresso Nacional - havia toda uma consideração, porque o governo federal no último momento retirou aquele acordo que havia feito para que os recursos fossem repassados para os municípios desde o início deste ano e fez com esses recursos fossem passados só a partir de setembro de 2007, alguns falavam até em janeiro de 2008.

Temos que entender que essa disputa por recursos do governo federal é permanente, seja no governo Fernando Henrique, ou do Itamar Franco, do Collor, do Lula. As políticas de estado têm que ser preservadas, porque senão preservarmos essas, teremos sempre um país fazendo política emergencial. E política emergencial não resolve o problema da população, que é muito mais amplo e de mais tempo do que os 4 anos de um governo.

Outra consideração que eu gostaria de fazer é com relação à solicitação que foi feita, hoje, da Comissão Geral, para que votássemos projeto que institui ou que cria as referências e os patamares de reajustamento salarial do funcionalismo público do estado do Paraná. Votamos e aprovamos, ontem. Sabemos que hoje essa

Comissão Geral faz com que as emendas apresentadas ao projeto - há uma emenda que é assinada por diversos Deputados - não sejam analisadas na CCJ e, sim, diretamente aqui, em Plenário e vão diretamente também à votação, por estarmos em Comissão Geral.

Não sei se teremos número suficiente de Deputados, aqui, para votar ou não, quórum ou não. Mas, de qualquer forma, quero fazer duas considerações. A primeira à Deputada Rosane: quero parabenizá-la pela emenda, que restitui - como foi dito aqui pelo Deputado que me antecedeu, Deputado Jocelito Canto - aos servidores públicos da saúde os 2 dias que foram descontados. Restitui porque faz que tenhamos uma anistia - não sei se esse seria o termo - falo porque assinei a emenda com a senhora, que na verdade não houve crime para a anistia, não houve nem sequer a falta.

Nesse sentido, sei que alguns Deputados colocaram com pertinência, que essa matéria não deveria estar nesta votação, que esta emenda não deveria estar nesta votação, deste projeto. Acho que temos que refletir.

Deputado Pugliesi, estamos apresentando uma emenda para repararmos um erro, porque há um erro do governo, ao fazer o débito de 2 dias dos salários dos servidores da saúde. Tenho insistido há dias que temos que abrir um canal de negociação. Por que há um erro? Porque as trabalhadoras e os trabalhadores de saúde, nestes dias, onde está lançado o desconto, estiveram no local de trabalho. Qualquer pessoa que vá procurar direitos nos tribunais vai ganhar, nós sabemos disto.

Então, acho que houve um erro ao fazer o desconto desta forma. Se o desconto foi feito em função do não cumprimento da jornada de 40 horas, conforme o governo entendia e conforme o Secretário entendia, também é um erro por duas outras razões: primeiro, porque foram descontados aleatoriamente - foram descontados de servidores que fizeram as 40 horas e foram descontados de servidores que fizeram as 30 horas - foram descontados de servidores que têm jornada prevista em lei federal de jornada diferenciada e não foram descontados de servidores que ocupam cargos de chefia e que, às vezes, não fazem nem duas horas. Então, este é o problema!

Então, Deputada Rosane, a sua emenda vem no sentido não de colidir com o governo, mas de fazer aquilo que temos aqui insistentemente dito, nós, eu digo todos os Deputados, de todos os partidos, porque este não é um problema de um partido ou de outro partido, não é um problema da Situação ou da Oposição, não é um problema de servidor ou não servidor, é uma questão que além do ponto de vista jurídico, legal, tem um problema de justiça. Como que eu posso descontar da dona Maria, que esteve no hospital das 7h às 19h, um dia inteiro de trabalho, se ela esteve lá? E como que eu posso não descontar do Diretor da regional que só apareceu para assinar o ponto?

Então, veja que contradição! Nós temos uma lei, Deputado Péricles, o senhor que é da Comissão de Edu-

cação e que é professor da Universidade de Ponta Grossa, eu queria só chamar a atenção, tem uma lei, a Lei nº 11714 de 07 de maio de 1997, esta lei está publicada no Diário Oficial nº 4997, de 07 de maio de 1997 e é uma lei que concede, conforme especifica verba de representação, aos servidores de nível universitário e adota outras providências. Portanto, é uma lei que recompõe salários. O que diz esta lei no seu artigo 7º: ficam anistiados os funcionários públicos que foram punidos em razão de participação de movimentos reivindicatórios - veja, nós já temos aqui um precedente feito onde uma lei, no governo Lerner, uma lei que concedia aumento salarial recebeu uma emenda que anistiava falta de servidores. Então, o que há neste momento que não é possível que não façamos o mesmo caminho?

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Agradeço, Deputado Tadeu Veneri. É bem isso o que eu ia lembrar aqui, porque a grande verdade é que se formos fazer um levantamento e até eu tive esta preocupação de pedir à assessoria que fizesse um levantamento nos últimos 10 anos que estamos aqui, sempre teve esta negociação de não descontar do servidor público, nada. E por esta razão eu ia recordar desta lei, porque hoje houve um entendimento entre a Oposição e a Situação de transformarmos em Comissão Geral o Plenário para votarmos aqui o aumento dos servidores e estas emendas que estão aí para serem votadas.

Por esta razão, a Oposição está presente e nós estamos aqui para apoiar e aprovar o projeto do governo e esta emenda.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Mais uma vez quero fazer um apelo aqui a todos os Srs. Deputados. Não se trata de uma disputa entre o Governo e a Oposição - não dá para reduzirmos a vida de 8 mil servidores e o seu futuro, porque estes descontos implicam no futuro do servidor, no futuro da sua carreira. Há uma disputa pontual dentro da Assembléia. Eu não tenho o menor interesse, a menor pretensão, nem de longe, com toda a humildade que eu acho que é necessário dizer, de representar setor que se oponha ou se estabeleça parceiro integral, tempo full time com o governo, mas acho que precisamos abrir um canal de negociação. Precisamos ter o bom senso e a lucidez de entendermos que este confronto não interessa a ninguém.

Por isso, vamos votar favoravelmente à sua emenda, se ela vier a Plenário hoje, senão na segunda-feira, porque acho que temos um compromisso com os trabalhadores por aquilo que é legítimo e principalmente não posso entender como é que há desconto de um dia trabalhado. Fiz centenas de greves quando bancário, comandeí centenas de greves e nunca vi um dia descontado de um trabalhador que esteve presente no seu local de trabalho. É isso que não posso entender.

Por isso, fazemos um apelo para que possamos encaminhar de uma forma que contemple os servidores que precisam de reajuste. E essa iniciativa do governo Requião é legítima e é louvável, mas também contemplarmos os servidores que hoje tendo descontos no seu salário, quando na realidade trabalharam naqueles dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Professor Luizão. Posteriormente voltamos ao Horário das Lideranças.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Só quero me manifestar a respeito do assunto que fomos procurados pelos representantes do SindSaúde. Já me manifestei em outras oportunidades e devo concordar que é injusto você descontar 2 dias aleatoriamente, até porque você comprova que esteve presente naquele dia trabalhando. E como o Deputado Kielse levantou aqui hoje, como que você pode descontar de maneira genérica? Tem pessoas que estão em licença, pessoas que estão em férias. Então, realmente, não é procedente esta forma e já manifestei a minha opinião em outros momentos. Sou simpático e têm meu apoio, como sempre tiveram, os servidores da saúde, que desempenham um papel imprescindível para a nossa população.

A questão da emenda nesse projeto do reajuste, nós fomos procurados, fizemos uma discussão de bancada a esse respeito, sou integrante da Comissão de Constituição e Justiça e naquele momento disse que deveríamos encontrar uma alternativa, mas a minha preocupação é não prejudicar esse projeto do reajuste, que contempla todos os servidores, e embora não esteja no projeto a data e a previsão de que neste mês de maio haverá reposição salarial, temos, de uma conversa com o Governador, que ele vai, que ele pretende ainda no mês de maio se o projeto foi aprovado e sancionado a tempo, ele vai conceder reposição salarial, sim. Provavelmente para os professores nesse mês de maio ainda, que é a categoria que está com uma defasagem desde 2004.

Então, a única observação que tenho feito é que uma emenda nesse projeto - a minha preocupação é esta - é de prejudicar o projeto que trata exclusivamente de reposição salarial. Acho que devemos estudar uma alternativa, inclusive ontem a Bancada do PT apresentou um requerimento dirigido ao Secretário da Saúde solicitando que abone essas faltas e retire da ficha funcional dos servidores a anotação para não prejudicar o avanço de carreira. E aprovamos neste Plenário e vai ser enviado ao Secretário da Saúde.

Então, estamos fazendo um esforço, fizemos reunião da CCJ na segunda-feira, na terça-feira, para darmos condição ao governo de dar o reajuste ainda neste mês.

Inclusive, apresentei uma emenda em comum acordo com a APP-Sindicato e com a Liderança do Governo, para que possibilitasse também aos servidores de contratos especiais, e se incluem aí os professores PSS. Então a minha única preocupação é essa.

Outra dúvida que eu levanto, é que todas as vezes que foram feitos projetos nesse sentido, abono de falta, eles tiveram sucesso quando houve entendimento com o governo. A minha dúvida é a seguinte: o simples fato de esta emenda constar no projeto, vai garantir a anistia dessas faltas? Não vai! Se não houver concordância do governo, não vai haver anistia. Se não houver concordância do Governo, ele vai vetar o projeto e mesmo que seja derrubado o veto, o governo vai entrar na Justiça e dizer que não cabe. O que eu defendo sempre, é o entendimento. Nós tivemos esse problema na educação. Foram descontados os dias de falta dos professores, dias de greve e foi feito um esforço desta Casa.

Acho que devemos encontrar uma alternativa e abrir entendimento com o governo, porque se ele não concordar e sabemos que ele está irredutível nessa questão, o simples projeto, ou emenda, ou discurso, ou barulho, não vai resolver o problema de fato. Essa é a minha preocupação. Tenho preocupação que sejam prejudicados todos os servidores por querermos uma situação nesse momento. Sou solidário aos servidores. Quero ajudar a encontrar alternativas, mas tenho essa preocupação.

Obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) **(Pela Ordem)**

Nós termos a presença do Deputado Duílio Genari que está na sua 6ª Legislatura e hoje completa 70 anos de existência e 50 anos da sua vida, na vida pública. É o mais idosos dos antigos. Deputado Duílio Genari, parabéns a V. Exa. pelos 70 anos que o senhor está completando no dia de hoje.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

A Mesa já rendeu as homenagens ao nosso aniversariante do dia e a festa vai ser lá em Toledo. Estão todos convidados.

Bloco PSB/PL/PRB/PV.

Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Realizamos ontem e protocolei hoje a emenda já discutida aqui e colocada pelo Deputado Tadeu Veneri. Eu sempre pautei a minha vida e espero poder continuar da mesma forma - porque senão não valerá a pena vivê-la - com muita transparência e honestidade. Essa emenda não nasceu dentro do meu gabinete, não nasceu com a ajuda da minha assessoria jurídica. Ela nasceu dentro do

sindicato. Eu não estou emprestando uma simples assinatura ao sindicato. O Sindicato de Saúde, embora eu seja servidora pública de carreira, não é minha base eleitoral e provavelmente nem será, porque eu não pretendo me candidatar a Deputada Estadual nas próximas eleições. Então, eu não estou usando disso de uma forma oportunista. A primeira vez que esse documento chegou à minha mão, tinha embaixo, subscrito: "Bancada do PT", e eu não sei por quê, talvez em cima das faltas do Professor Luizão, o PT acabou recuando em assiná-la. Foi solicitado e estou sendo absolutamente transparente com os senhores, a quem devo isto. O sindicato me procurou e pediu para que eu assinasse a emenda. Conversei com outros Deputados, inclusive, o Deputado Tadeu Veneri, Deputado Elton, Deputada Luciana que me ajudaram, foi muito útil para mim a orientação do Líder do nosso bloco, porque eu respeito, estou no bloco, embora não tenha nenhuma vantagem financeira nisso. Estou nesse bloco porque acredito na junção de um grupo em prol de algumas verdades.

Depois que assinamos, protocolamos, tivemos outros Deputados que vieram até nós, o Deputado Douglas Fabrício, o Deputado Belinati, pedindo que também assinassem a emenda. São pessoas que reforçam a nossa bancada.

As palavras do Deputado Tadeu foram claras, a emenda não está pedindo para que a partir deste momento sejam efetivadas as 30 horas. Entendo que a discussão é em outro momento, mas está pedindo o abono de faltas que não se deram. Isso tem que ficar muito claro. Se ela tem vícios, se é inconstitucional, também entendo, Professor Luizão, que se tenha que buscar uma outra forma de se corrigir essa falha, mas dizer que tem que se buscar entendimento, eu não sei quando, porque há quase um mês atrás, o Sr. Deputado Tadeu, V. Exa. subiu aqui e pediu que fosse abertos canais de negociação e um entendimento do governo, que até agora não se deu.

Como disse, essa minha fala não tem um caráter eleitoreiro. Quero simplesmente que nós tentemos uma alternativa, porque quando trabalhamos 5 anos e temos uma falta injustificada na folha de pagamento, perdemos outros direitos, por exemplo, a licença prêmio, que é um direito do servidor, e outras coisas que vão macular o seu currículo, a sua carga de trabalho, toda a sua estada como servidora pública. É esse o nosso entendimento, assinei esse documento com muita convicção, não é de minha autoria, volto a frisar, mas se soubesse que seria dessa forma teria feito sem nenhum problema, e ela poderia ter nascido realmente dentro do nosso gabinete.

Muito obrigada.

O Sr. Elton Welter (PT) **(Aparte)**

A Bancada do PT tem responsabilidade política com esse governo. A Bancada do PT quer buscar uma alternativa política e vai sempre mediar as ações do sindicato junto ao Palácio Iguaçu, vai buscar esse entendimento político.

A emenda é meritória? É. Agora, é uma matéria adversa, inclusive apoiei a sua emenda como indivíduo. Mas veja só, do ponto de vista político, ela sendo aprovada ou rejeitada, não interfere no processo de entendimento político para um possível abono dessas faltas.

Teve um pronunciamento do Deputado Luizão. Houve um atendimento do abono das faltas da APP. O Professor Lemos está aí no Plenário. Teve um entendimento no ano passado das faltas que poderiam ser descontadas, houve esse entendimento. Tem históricos também em relação a descontos e depois foram anistiadados. Vamos trabalhar intensamente nisso. Vamos buscar uma saída política para isso. Pode ser que a emenda, estando num projeto que remunera, altere a remuneração para uma infinidade de servidores do estado. Podemos, sim, dar serenidade a esse projeto de aprovação. Pode ser que o próprio setor de saúde possa criar uma indisposição com outros setores do serviço público.

Veja só, estamos jogando com toda a franqueza. A nossa bancada jamais vai deixar de mediar e achar uma solução política e prática para acharmos uma solução para anistiar as faltas dos servidores da saúde.

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)

Deputada Rosane, queria cumprimentar V. Exa. e dizer que vou votar favorável, sendo constitucional ou não sendo. Aqui há tantas coisas inconstitucionais neste Paraná, que passam e ninguém fala nada. Eu voto com V. Exa. a favor dos servidores. Acho que é uma discriminação que o governo está fazendo. A senhora pode ter certeza, esse seu pronunciamento é de quem entende, é um pronunciamento de alguém que veio a esta Casa para representar essas pessoas que estão aí, as pessoas que vivem o dia-a-dia da saúde. E quem mais poderia conhecer essas pessoas, poderia ser V. Exa. que é do setor, que vive o dia-a-dia, que tem amor, carinho e sentimento por este trabalho. Tem meu apoio.

Muito obrigado!

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Muito obrigada, Deputado.

Só para que eu possa concluir, no início dos nossos trabalhos fui procurada pelo Líder do Governo, uma pessoa que respeito muito e com quem aprendo também no dia-a-dia e que pediu para que eu pudesse retirar. Me explicou qual é a situação.

E eu remeti, está ali o Deputado Romanelli, que pode estar confirmando o que eu estou falando: “Deputado, se formos até as galerias e conversamos com o sindicato e tivermos este entendimento com o sindicato, eu retiro a emenda; mas eu apresentei a emenda a pedido do sindicato; eu retiro a emenda a pedido do sindicato”. Unicamente desta forma nós haveríamos de prosseguir. Realmente, queremos um entendimento. Ninguém quer entrar com a questão do confronto, mas até quando vamos ver que esperar para que este entendimento aconteça?

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado às Lideranças, concedemos a palavra à Liderança do Governo.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Nós seguimos rigorosamente o que preceitua o Código de Processo Civil e Penal...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Eu pediria ao nobre Deputado que fale ao microfone. As pessoas, depois, reclamam do sonoplasta, mas ninguém fala ao microfone.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Nosso sonoplasta não está lá, e mais: estou falando com este microfone grudado na boca e mesmo assim...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Como eu já fui sonoplasta - com muito orgulho, de uma estação de rádio, comecei minha vida - o sonoplasta não está lá. Lá é a taquigrafia. Os sonoplastas estão aqui, ó, e estão todos ali. É só saber usar o microfone.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Queria saudar nossos sonoplastas e dizer que eu gostaria que este microfone, de fato - olha aí, vejam como está melhorando o som, agora, inclusive, com esta atenção - muito obrigado aos nossos companheiros, pela gentileza de terem ajustado o som deste microfone.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje nos preparamos para poder aprovar uma lei que é extremamente importante, na medida em que ela é autorizatória, para que possamos ter um marco na história do nosso estado, porque vamos estar cumprindo o disposto no artigo 27, inciso X da Constituição Estadual e artigo 37, inciso X da Constituição Federal, que trata da revisão anual dos salários dos servidores públicos do estado do Paraná. Além de fazer a revisão anual, a partir sempre do dia 1º de março, mais do que isso a lei estabelece uma recomposição salarial de diversas categorias, inclusive dos servidores da saúde que se beneficiam com este reajuste.

Quero dizer, Sr. Presidente, que dentro desta Casa - sabemos que o Governador Roberto Requião viaja na próxima terça-feira para o Oriente - e esta Casa está fazendo um esforço para poder votar esta matéria antes da viagem do Governador, para deixar tudo sancionado, havendo a possibilidade.

Me dizia o Professor Lemos, que não sei se está na tribuna, mas ainda há pouco recebi a visita do Professor Lemos, representando a APP - Sindicato, dizendo o seguinte: “os técnicos já fecharam, vai ser possível, muito provavelmente. Claro que tem que ter a concordância da área técnica do governo, mas muito provavelmente é possível em maio realizarmos o reajuste”.

Então, por conta dos estudos que o DIEESE fez e que, claro, tem que ter a confirmação do governo, mas olha, quero dizer que a emenda que foi apresentada pelo SindSaúde, a primeira pessoa que o SindSaúde procurou fui eu. Recebi a visita da Graziela, com os demais membros da diretoria do SindSaúde, para tentar encontrar um mecanismo. Na verdade, era um projeto de lei, não era uma emenda, para poder promover a anistia daqueles 2 dias que foram feitos, que pedem descontos dos salários dos servidores.

(Manifestação nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encareço às galerias, que são sempre muito bem-vindos aqui, sempre foram muito bem tratados nesta Casa, mas vou pedir às senhoras e senhores que por gentileza manifestem-se apenas após a fala dos oradores, senão teremos que estar impedindo a Sessão, interrompendo a Sessão a todo instante.

Agradeço a atenção.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, a questão na verdade é que fizemos um amplo processo de discussão. Discussão, inclusive, sabem os dirigentes do SindSaúde, com as diversas instâncias do governo. Não é de hoje. Claro, é função nossa, como Líder do Governo, aqui, procurar promover a abertura de canais de negociação, como temos feito em diversas áreas. É tarefa nossa.

Agora, quero reconhecer que ontem aprovamos nesta Casa um requerimento, que foi consensuado pela Bancada do Governo, de autoria do Líder do PT, Elton Welter, justamente que fosse feito o abono destes dois dias que foram descontados, por conta de que é necessário que possamos, efetivamente, se por um lado o governo, através do Secretário da Saúde, Cláudio Xavier, diz o seguinte: “olhem, servidores, nós precisamos que os servidores da saúde trabalhem 40 horas”. E porque o governo fala em 40 horas? É porque o governo é cruel? Não. Se fosse o governo cruel, não teria feito a recomposição salarial que fez para os servidores da área da saúde. Os servidores sabem, porque passaram por um longo período sem ter reajuste, até que o governo Requião fez uma recomposição salarial importante. E os servidores que estão aqui sabem que hoje têm salário para ir em qualquer loja e abrir crediário, porque o salário tem poder de compra. E este governo, na verdade, respeita os servidores, por conta, é claro, que deu salário ao contrário do que aconteceu durante muitos anos, com os servidores da área da saúde, que foram de forma absolutamente desrespeitosa, deixados de lado.

O que envolve a questão de se fazer 40 horas, e eu também reconheço como Parlamentar e como Líder, que é necessário que possamos, que têm categorias, tem legislação federal, têm setores específicos, tem que se fazer uma avaliação mais aprofundada, que

aliás a Secretaria da Administração está fazendo sobre isso, que envolve a gestão na área da saúde. Temos 8 mil servidores, mas vamos ter que contratar mais 4 mil servidores para a área da saúde, para poder fazer funcionar, não só o sistema que temos hoje, mas também dos novos hospitais.

Estamos discutindo política pública na área da saúde, que é fundamental. Sabemos que a saúde é uma área que precisamos ter muitos avanços. Eu fui ali e conversei com a Graziela, falei a ela: peça para a Deputada Rosane retirar a emenda. Porque o que é que vai acontecer? Não vamos votar hoje o projeto, é isto que vai acontecer. Não vamos conseguir votar o projeto que concede o reajuste geral de salários, específico para cada categoria. Corremos o risco de não conseguir fazê-lo já no início da próxima semana e aí sabe-se lá quando vamos conseguir fazer.

Então, quero dizer o seguinte: este processo não se resolve com uma emenda, que diga-se de passagem, pela Lei Complementar nº 095/98, Sr. Presidente, é flagrantemente inconstitucional, porque ela é estranha à matéria que trata o projeto de lei e nós, efetivamente, temos que ter a responsabilidade política de enfrentar esse tema, é claro, continuar discutindo, negociando.

Proponho-me a continuar sendo uma voz que vai estar batendo nos gabinetes para que possamos abrir um processo de negociação. Acho que essa é a questão fundamental. Penso que essa emenda tem que ser retirada porque vai, única e exclusivamente, trancar a votação do projeto que concede a revisão geral dos salários e, além disso, a questão que envolve os reajustes, especialmente para o magistério, que preferencialmente tem o primeiro reajuste. Então, publicamente, na frente dos servidores, eu assumo as minhas posições, claramente, com transparência. Não tenho duas caras, duas palavras. O que eu falo no particular, falo no público.

Quero solicitar à Deputada Rosane que retire a emenda para que possamos, de uma forma que seja possível, encaminhar as negociações. Quero dizer que a emenda não resolve o problema. Na verdade, o tema não se resolve com essa emenda. Ao contrário, a emenda, única e exclusivamente, atrapalha esse processo de negociação. Então, quero fazer esse apelo para que possamos votar esse projeto ainda no dia de hoje.

Pedimos Comissão Geral num requerimento assinado pela Liderança do Governo, pela Liderança da Oposição, para que pudéssemos resolver esse tema nesta quinta-feira, para que V. Exa. pudesse amanhã ou no máximo segunda-feira, se aprovado, se não houver emendas, aprovar a redação final e levar ao Governador Requião para que ele possa sancionar e ficarmos com esse tema bem encaminhado e sairmos, de fato, para outra questão, que é de fazer o pagamento dos reajustes que estamos votando, aqui. Então, quero fazer esse apelo em favor da possibilidade de haver o reajuste, que possamos retirar essa emenda.

Era isso, muito obrigado!

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, só para anunciar a V. Exa. que estamos encaminhando uma emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 311/07. É o projeto que trata do reajuste salarial para todos servidores públicos estaduais do Paraná.

Eu estava lendo o artigo 5º, Sr. Presidente, o projeto diz que vai ter aumento, mas só quando houver implementação da receita. Isso pode ser daqui a 6 meses, 1 ano, 5 anos ou só quando Deus mandar. Então, para quando vai ser esse aumento? Não diz, o projeto não estabelece. Se não houver implementação de receita, não tem aumento nenhum. Então, nossa emenda, apoiada por vários colegas, é simples: é estabelecendo, neste mesmo projeto, que o aumento deva ser dado já com efeito retroativo a partir de 1º de maio deste ano.

É essa a nossa emenda, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Desculpe, já falei no horário do Governo, mas eu não sabia que essa emenda havia sido apresentada. Eu não havia sido comunicado dessa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A emenda está entrando neste instante. Essa e mais a emenda do Deputado Mauro Moraes, que estende aos policiais militares o mesmo reajuste previsto aos professores.

O SR. LUIS CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu queria dizer, Exa., o Deputado Antonio Belinati havia dito aqui que teria apresentado essa emenda. Reconheçamos, Deputado Belinati, que isso é o que todos nós gostaríamos, mas sabemos que a lei está formulada do jeito que está por um longo processo de negociação que envolveu diversos segmentos, inclusive servidores públicos, e ela respeita a legislação, ou seja, a Lei de Responsabilidade Fiscal está redigida dessa forma, de acordo com o que o estado possa estar.

Estamos esperando fechar o quadrimestre para poder ir promovendo os reajustes. A lei, ao contrário, assegura que os servidores receberão em 2007 os reajustes com base no desempenho da arrecadação e, claro, dos índices de comprometimento, conforme estão determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A lei é claríssima, é absolutamente transparente e essa emenda é contrária a esse objetivo. Acho que de fato é muito difícil conseguir votar hoje mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Temos aqui, Deputada Rosane, que pontuar algumas questões para ficar claro. Primeiro, permita-me Deputado Luiz Claudio Romanelli, discordar de V. Exa quando o senhor diz que não há possibilidade de votar. O acordo foi firmado no dia de ontem entre a Liderança da Oposição e a Liderança da Situação e os Líderes para transformarmos em Comissão Geral, porque sabíamos que teria emendas, e ao ter emendas, elas devem receber o parecer da sua constitucionalidade e por esta razão, o que não entendo é que não estão presentes aqui os Deputados do Governo, porque se ontem foi feito acordo, era para votarmos.

Deputado Luizão, não precisa se precipitar porque os servidores estão vendo V. Exa. Quem está aqui, está; quem não está, está em casa.

Segundo, se já nos precavemos, concordamos em transformar em Comissão Geral, quer dizer, a contribuição da Oposição foi dada, mas infelizmente não há presença dos Parlamentares. Então, este argumento, Deputada Rosane, cai por terra.

Segundo argumento, que tivemos o cuidado da Oposição para não entrarmos numa batalha de Oposição e de Situação. Quando a Deputada Rosane apresentou a emenda no dia de ontem, eu estava aqui quando ela consultou um Parlamentar e eu disse o seguinte: “é melhor nós da Oposição não subscrevermos. Faça V. Exa. com os Deputados do PT. Os Deputados do PT são aliados do Governo, certamente a sua emenda terá mais compreensão por parte do Governo.

Quer dizer, nós da Oposição poderíamos estar aqui na tribuna apresentando a mesma emenda ou subscrevendo a sua emenda, mas para criarmos um bom ambiente e não criarmos o ambiente da disputa, para levar o prejuízo aos servidores, ficamos aqui no anonimato e quisemos... Não é que não apoiamos, apoiamos, mas não subscrevemos para que pegassem as assinaturas dos Deputados do PT.

Então, essa questão também não pode ser levantada aqui, porque mesmo quando a Oposição não quer transformar este Plenário em Comissão Geral, o Governo tem 40 Deputados na sua base e passa por cima da Oposição como um trator e transforma em Comissão Geral, mesmo nós não querendo, em coisas absurdas que têm que ser melhor estudadas. Passa com o rolo compressor e se aprova aqui nesta Casa.

Terceiro argumento, cai por terra.

Outra coisa que tem que ser perguntada ao nosso grande amigo Líder do Governo: O Governo quer negociar este atendimento para não fazer o desconto dos servidores de saúde? Sim ou não? Não precisa levar 60 dias nesta chorumela, porque estamos estudando, foi para a Secretaria da Administração, daqui a pouco vai para a

Secretaria da Segurança, daqui a pouco volta para o Instituto que o Jocelito está falando que foi fechado. E não se diz: olha, se não querem que as Lideranças da Oposição vão ao Palácio Iguaçu, pega a Deputada Rosane, que é autora da emenda, pega o Líder do PT, o Líder do Governo, atravessa a rua, em meia hora vamos saber se tem ou não desconto. O que não pode, Deputado Romaneli, acredito na sua palavra, ficar aqui e dizer nem sim, nem não, muito pelo contrário. A pergunta que faço: o governo está disposto a negociar? Sim ou não? Para marcar uma audiência com o Governador ou com o Chefe da Casa Civil, é uma questão de ligar o telefone e pedir, porque é uma questão que está se enrolando, aqui, e já pedimos a 15 dias atrás. Não tenho esse direito, mas como Parlamentar temos que abrir o debate.

Deputado Welter, V. Exa. tem tido uma atuação brilhante nesta Casa, como Líder do PT, como Deputado. Tenho o maior respeito, assim como todos os Deputados têm. A Bancada do PT, hoje, faz na Casa a diferença: são 6 Deputados. Se a Bancada do PT, não estou falando do bloco liderado pelo Reni e composto pelo Deputado Praczyk, pela Deputada e pelo Deputado Chico Noroeste, porque eles têm posições independentes, não estão na Oposição, não estão na Situação, estão na posição independente. Se o PT quiser mesmo dar uma contribuição, hoje, para esclarecermos isso e dizermos para os servidores: vão para a casa, porque não vai ter acordo, ou, vão para casa, porque vai ter acordo - talvez, eu possa dar aqui uma sugestão que define isso. Se o Líder do PT disser ao Líder do Governo, em todos os tempos que estou aqui, no 5 mandato, fui Líder do Governo, da Oposição, fui tudo, nesta Casa, perdi e ganhei eleição, sou um contestador, não estou para concordar com tudo - por esta razão concordar com a passividade, Welter, porque V. Exa. é um Deputado Líder de uma bancada, que pode fazer a diferença nessa negociação, disser ao Líder do Governo: ou V. Exas. abrem negociação com os servidores públicos ou não votamos mais como Governo, tenho certeza que à tarde, V. Exas. serão chamados ao Palácio Iguaçu e será feito um acordo e estaremos aqui. Não queremos ir ao Palácio Iguaçu, não precisamos fazer parte de acordo. Fica um compromisso da Oposição: votarmos fechadinho com a emenda da Deputada, para que tranquilizemos os servidores da saúde. Se há alguém que tem dificuldades de enrolação é este Parlamentar. Aqui, muitas vezes, Srs. servidores, já fui vaiado por 10, 15 minutos. Porque eu era Líder do Governo e em determinados momentos eu tinha que trazer a opinião do governo, que era completamente desfavorável aos servidores que estavam aqui. Nunca fugi do meu compromisso, mesmo, às vezes, eu pensando diferente, mas como era uma posição do Governo, eu ouvia a posição e chegava aqui e dizia aos servidores: Srs. servidores, não poderão ser atendidas as suas reivindicações, por essas e essas razões. Eu levava 15 minutos de vaia, mas ficou uma marca, a marca da verdade, da posição firme e a marca de não ficar enrolando o servidor público. Muitas vezes eu troxe notícias

boas, mas muitas vezes também trouxe notícias que não foram agradáveis.

Trinta segundos para eu conceder um aparte ao ilustre Líder do PT.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, a bancada do PT age com responsabilidade, com uma grandeza extraordinária. A Bancada do PT no dia de ontem se antecipou ao pedido do Deputado Rossoni. A Bancada do PT aprovou um requerimento ontem, esse requerimento significa abertura de negociação para anistiar as faltas. Não queremos criar um problema político para não buscar essa solução, Rossoni. Queremos buscar uma solução, tanto é que nos antecipamos, foi aprovado por unanimidade um requerimento para discutir, para abrir as portas. Estão abertas as portas, vamos discutir e buscar uma solução. Queremos celeridade nesse processo de votação do projeto que dá reajuste a todos os servidores do Estado, praticamente uma grande maioria, e não queremos criar um empecilho. Deputado Rossoni, este requerimento é a porta de entrada, é a posição política da bancada para buscar uma solução para anistia das faltas.

Querida pedir o carinho e a atenção da Deputada Rosane, ou quem sabe um sinal dos sindicalistas que sabem que temos uma história política e luta na defesa do serviço público de qualidade para este estado. Temos compromissos com os movimentos sociais para melhorar a qualidade do serviço público, lutamos para ter concurso público, para melhorar o salário e assim por diante. Vamos permanecer, todos esses anos, vamos buscar a mediação, como sempre foi o papel político desta bancada, no tempo da Oposição, no tempo da Situação. Vamos ter desgastes em alguns momentos, vamos assumir esses desgastes, sim. Agora, no dia de ontem, com o requerimento, no nosso entendimento está sinalizado claramente, inclusive para o Líder do Governo, o processo de negociação para buscarmos a anistia das faltas do pessoal da saúde.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, em nenhum momento eu falei aqui - o Deputado afirma que o PT age com responsabilidade e eu concordo com ele - não falei em questão de responsabilidade. Agora, o que não pode ficar aqui é servindo a dois senhores: ou toma-se uma decisão favorável aos servidores ou fica com o governo. Aqui, agora, não tem posição intermediária, porque a questão do requerimento de V. Exa. já chega tarde. Se ele tivesse sido escrito no início do movimento, o papel já estava amarelado, Deputado, porque com o tempo o papel amarela, envelhece. Isto aqui é um assunto para 60 dias atrás.

Por esta razão acho que hoje está transformado em Comissão Geral. Nós da Oposição estaremos aqui, não queremos subscrever requerimento, e olha, este era o papel da Oposição, se fosse para jogar para a torcida, nós subscreveríamos o requerimento aqui, os servidores estariam

aqui, iam dizer que a Oposição quer o acordo. Não, nos ativemos à nossa insignificância. Agora, o que não podemos aqui, e ainda vai faltar competência para nós, inteligência, e nos meus Pares da Oposição isto tem de sobra, porque eles colaboram muito no exercício da liderança aqui da Oposição, ele me ajudam muito. O que não podemos aqui é ficar fazendo um jogo de faz de conta e os Srs. servidores acharem que não estamos atentos a algo que está acontecendo muito estranho e não se diz nem sim nem não. É melhor dizer não, mas ter posição, não é ficar fazendo estudo aqui e não chegarmos a lugar nenhum.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência, apenas para corrigir uma falha dela mesma, passa a palavra ao Deputado Douglas Fabrício, que havia se inscrito e nós omitimos o seu nome.

Portanto, V. Exa. tem 10 minutos, no horário do PPS.

Liderança do PPS: Deputado Douglas Fabrício

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores da saúde aqui presentes, pessoal do sindicato, primeiro agradecer a V. Exa. por conceder este tempo para que pudéssemos falar um pouco sobre algumas ações que eu gostaria de esclarecer aqui aos Deputados.

Primeiro quero fazer um convite a todos os Deputados para que hoje participem conosco, lá em Campo Mourão, de uma Audiência Pública na Câmara de Vereadores e também numa visita à Santa Casa Local para tratar do tema saúde, tratar do tema apoio às pessoas que precisam da saúde, tratar do tema tão importante para as pessoas que é a vida.

Então, quero deixar o convite a todos os Deputados, aqueles que fizeram campanha naquela região - são mais de 20 municípios envolvendo aquela região - aqueles que fizeram campanha e os que não fizeram campanha, mas aqueles que estão preocupados com a melhoria da qualidade de vida, em especial do atendimento da saúde pública do estado do Paraná.

Em segundo lugar, ouvi atentamente o pronunciamento da Deputada Rosane e um outro tema que preocupa a sociedade do Paraná é a questão da segurança pública. Dias destes participei, com muita honra, apoiando esta Casa lá em Araucária, cidade da Deputada Rosane, de uma audiência pública tratando da questão da segurança pública, porque os policiais precisam de apoio, o povo, principalmente precisa de apoio para que melhore a segurança pública e eu vi aqui nesta Sessão de hoje que tem uma emenda falando da questão da segurança pública, proposta pelo Deputado Mauro Moraes, a qual eu já apoiiei também.

Eu sou Deputado de primeiro mandato e então não tenho, como muitos, aquela experiência até para falar

aqui, com 5 mandatos, como é o caso do brilhante e nobre Líder da Oposição, que quando fala realmente faz todo mundo parar para ouvir, porque tem coerência e coloca aquilo que precisa ser colocado. Eu, como primeiro mandato, não estou para fazer média com ninguém. A minha média é com a coerência, com a responsabilidade.

Lembro, e eu não era nem candidato a nada, quando o atual governo ganhou a primeira eleição, uma coisa que ele fez, e fez muita mídia, foi ir à frente do Palácio Iguaçu e arrancar uma cerca que tinha ali, que também não sei porque outros tinham colocado. Acho que não tinha que ter cerca mesmo, arrancou a cerca de ferro, mas estou percebendo com a enrolação aqui com os servidores da saúde pública que tem uma cerca da enrolação agora, porque não conseguem resolver este problema. É o problema da saúde pública e nós estivemos também lá em Ponta Grossa para poder perceber isto; é o problema da segurança pública e nós estivemos em Araucária para sentir na pele e perceber isto.

Então, o que eu peço aos Líderes, aos Deputados desta Casa, que vamos trabalhar, votar, cobrar, fiscalizar o governo. Eu apoio o governo naqueles projetos que sejam para beneficiar a população e vou cobrar e fiscalizar o governo naqueles projetos que, de repente, eu entenda que não sejam para beneficiar a população. Claro que nem sempre o governo vai satisfazer todas as pessoas, mas às vezes fazem um barulho muito grande com publicidade e eu não quero nem entrar neste tema aqui, e aí cria uma cerca da enrolação para poder dificultar a vida, seja de servidor público, seja da população, porque não é só a vida de vocês, servidores públicos, que está sendo afetada, é a vida das pessoas que precisam da saúde pública, que eu recebo no meu gabinete vários telefonemas e e-mail's de pessoas que estão precisando de um atendimento médico e que as vezes falta o remédio, falta o atendimento.

O nobre Líder do Governo falou aqui de investimento em mais 4 mil funcionários, se for preciso atender as reivindicações de horário, etc. É só reduzir o número do quadro de servidores que estão lá por indicação política, que são cargos comissionados, e aí se for preciso fazer o concurso para atender os servidores públicos, que se faça e atenda. Não podemos ficar brincando com a saúde pública, não podemos brincar com a segurança. Temos que trabalhar sério, todos os Deputados e o Governo, os seus assessores, para atender aquilo que é para melhorar a vida do povo.

Então, Sr. Presidente, tivemos dia desses mais uma festa, a festa de 1º de maio, com muita mídia, com sorteio de brindes, com participação do Governo e vários Deputados puderam participar, inclusive. Mas hoje é o dia de todos os Deputados participarem para votar favorecendo o Paraná, não favorecendo os servidores, mas favorecendo o Paraná. Qualificar, investir nos servidores públicos com capacidade, com coerência, reduzir os cargos em

comissão, melhorar os salários. Tenho certeza que quem vai ganhar com isso é o povo do Paraná.

Sr. Presidente, mais uma vez muito obrigado pela sua humildade, pela sua inteligência em ceder esse espaço, aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência, sentindo a gravidade do momento que passamos, gostaria de suspender a Sessão por 10 minutos, para que pudéssemos, com as lideranças, ter uma pequena reunião para ver se chegamos a um acordo de votarmos essa matéria tão importante ainda no dia de hoje.

Portanto, suspendo a Sessão por 10 minutos e convido os Líderes dos Partidos para que possamos nos reunir, aqui na sala ao lado.

(Suspensa a Sessão)
(Reaberta a Sessão)

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Sr. Presidente, peço verificação de quórum para prosseguimento da Sessão.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício n° 107/07, subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência da Sessão Plenária de hoje (10 de maio de 2007), quinta-feira, por estar em missão oficial, representando esta Casa de Leis na recepção à Sua Santidade o Papa Bento XVI, na capital do estado de São Paulo. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento n° 1241, de autoria dos Srs. Deputados Antonio Belinati, Valdir Rossoni, Osmar Bertoldi e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária de 14 de maio, próxima segunda-feira, em Comissão Geral de Plenário para votação do Projeto de Lei n° 311/07, que estabelece critérios para reajuste aos funcionários públicos estaduais, oriundo da Mensagem n° 015/07. **Não recebido, conforme artigo 107 do Regimento Interno.**

Requerimento n° 1214, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli e Valdir Rossoni, com apoio dos Srs. Deputados Douglas Fabrício, Professor Luizão, Ademar Traiano e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a

transformação da Sessão Ordinária de 10 de maio de 2007, em Comissão Geral de Plenário para a discussão de votação do Projeto de Lei n° 311/07, Mensagem n° 015/07, que visa estabelecer índices e critérios para reajustar os vencimentos das carreiras estatutárias do Poder Executivo do Estado do Paraná. **Prejudicado.**

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Peço chamada nominal para verificação de quórum.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder à chamada nominal.

Concedo a palavra ao Deputado Belinati, pela ordem.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente, estamos requerendo a votação nominal para o projeto n° 130.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Já foi requerida a chamada nominal.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Eu estou pedindo o contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Depois será feita a votação. Por enquanto, está requerida a chamada nominal.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, tenho necessidade de fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. pode fazer o esclarecimento, pela ordem.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então, por isso eu pedi pela ordem e como o Deputado Belinati tinha pedido, eu, respeitosamente, e até pela liderança...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. tem a palavra, pela ordem.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente é importante colocar aqui que tivemos uma reunião agora, onde V. Exa. tentou fazer um acordo e o posicionamento dos Deputados - e acredito que posso falar pela Deputada Rosane, que é autora da emenda - fizemos uma proposta ao Líder do Governo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não é possível isso.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas como não é possível? V. Exas. estão obstruindo a votação! V. Exas. vão esvaziar o Plenário e V. Exas. querem que a Oposição pague? Não! Não! Nós fizemos uma proposta para que votássemos o projeto no dia de hoje e as emendas. Se o Líder do Governo der a sua palavra que não vai haver o desconto aos servidores da saúde, a Deputada Rosane poderá até retirar a emenda. Agora se o Líder do Governo não der a palavra, queremos votar! Agora, é importante ressaltar que quem está obstruindo a votação são os Deputados do Governo, não da Oposição. Estamos aqui, inclusive aceitamos a transformação em Comissão Geral para apreciarmos todas as emendas, as constitucionais, as inconstitucionais, apreciamos, votamos e estamos em Comissão Geral.

Por esta razão, se caso não for votado aqui o aumento dos servidores, é única e exclusivamente responsabilidade de quem pedir verificação de votação. Agora, não pode se usar deste artifício, querendo atribuir às emendas, que é um direito dos Parlamentares de fazerem!

Quero ressaltar, quantas vezes, Deputado Romanelli, V. Exa. e seus companheiros com legitimidade entraram com a mesma emenda. O governo teve que abrir negociações e ceder. Prova disso é que nos últimos 10 anos, Belinati, nunca foi feito desconto de nenhuma categoria de servidores.

Se o Líder do Governo assumir o compromisso de não fazer o desconto, estamos aqui. Se ele não tomar essa posição, não vamos obstruir a votação, permaneceremos em plenário e já aproveito para me inscrever em Explicações Pessoais, caso seja derrubada a Sessão por falta de quórum, a pedido de Deputados do Governo, porque a Oposição não vai obstruir.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Procede à chamada nominal o 1º Secretário, Deputado Jocelito Canto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Jocelito Canto)
(Procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vinte e quatro Srs. Deputados presentes.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à 2ª chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Gostaríamos com a permissão de V. Exa., de fazer uma chamada aos Deputados que porventura estejam nos gabinetes, de que há tempo, ainda. Faltam apenas 4 Deputados para o quórum, 28.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Jocelito Canto)
(Procede à 2ª chamada dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vinte e cinco Srs. Deputados estão presentes, agora com a presença do ilustre Líder do Governo, Luiz Claudio Romanelli.

Não há, infelizmente, quórum para a votação, mas sim para prosseguimento da Sessão.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni, em Explicações Pessoais.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, parece que Deus me deu uma iluminação. Eu subi naquela tribuna e pedi ao Líder do PT, Welter, que tem sido um ótimo Parlamentar nesta Casa, competente e trabalhador; mas veja, quem pediu verificação de votação foi o Deputado Péricles, do PT. Aí, o PT permanece no Plenário e pede verificação. Um direito regimental, mas não há prosseguimento de votação, porque foi pedida verificação de votação, com chamada nominal. Por esta razão.

Outra questão: é importante deixar ressaltado, aqui, que no entendimento de ontem - para não haver forma de obstrução - transformamos hoje, está aí o requerimento, no tempo exato, regimentalmente, para transformar em Comissão Geral para serem apreciadas todas as emendas.

Então, que se diga, aqui, que a responsabilidade é de quem pediu verificação de votação e de quem pediu para os Srs. Parlamentares saírem do Plenário. Por esta razão, não houve quórum...

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O Deputado Valdir Rossoni está inscrito no horário de Explicações Pessoais, razão pela qual tem sua palavra assegurada.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço, Sr. Presidente.

Então, quero deixar claro que o que me parece é que vai querer se usar o argumento de que não retiramos as emendas - nós, que eu digo, os autores das emendas - e não foi votado devido a isso. Aí é um outro argumento, que não cabe de jeito nenhum: "ah, mas o Governador vai para o Japão e quem é que sanciona?"

Ora! Não elegemos um Vice-Governador? Nós, não, o Paraná não elegeu um Vice-Governador? O Vice-Governador sanciona e está resolvido o problema! Se o Governador vai trabalhar, a serviço, para o Japão, com sua comitiva, pode viajar tranquilo! Acredito que o Vice-Governador tem competência e estudo suficiente para sancionar a lei do aumento dos servidores.

Então, este argumento de que o Governador vai viajar, que está mal humorado, que não está bem, não é nosso problema. Nós, quando encaminhamos a questão de eleição do Governador, fomos contra, por quê? Porque nós queremos trabalhar com Governador que sempre esteja bem.

Quero dizer aos paranaenses que eu não tenho este objetivo, até porque acredito não ter liderança para isso, mas se um dia eu fosse Governador do Paraná eu levantaria todos os dias, cedo, abriria as janelas, olharia para o sol diria a Deus: obrigado, você me deu a oportunidade de governar um dos estados que tem o melhor povo deste país. Eu nunca estaria mal humorado ou não estaria bem.

Por esta razão, estes argumentos caem por terra e a Oposição está presente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O próximo orador inscrito é o Deputado Romanelli e concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Pela Ordem)

Não posso deixar de me manifestar. O Deputado Rossoni é um Deputado experiente. Acho que obstrução de votação é quando os Deputados se retiram do plenário para esvaziar a Sessão. Não aconteceu isso hoje. Eu fiz simplesmente uma questão técnica, porque como não houve acordo, qualquer votação seria nula.

Agora, isto é culpa tanto da Situação quanto da Oposição, porque tanto faltaram Deputados da Situação como da Oposição. E agora vem o Deputado Rossoni dizer que a culpa de ter derrubado a Sessão é de quem pediu verificação de quórum. É uma coisa totalmente incoerente! A não ser que Deputados tivessem saído para derrubar a Sessão. É diferente. Não havendo consenso, qualquer que fosse a votação, sem quórum, não valeria.

Só por este motivo, por uma questão puramente técnica é que pedi verificação de votação. Não tente atribuir a mim responsabilidade que eu não tenho.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, faço apenas uma consulta à Mesa e obviamente que esta consulta deve ser encaminhada ao nosso departamento jurídico, porque conversamos aqui, há pouco, e no momento houve entendimento que não caberia, mas cabe decreto legislativo, da forma como havíamos conversado, por terem sido feitos descontos de 2 dias nas folhas dos servidores do estado, de dias trabalhados? Inclusive, como o Deputado Kielse colocou, o Deputado Romanelli, de dias trabalhados e de pessoas

que estavam em licença-saúde, porque como houve uma generalização, se neste caso específico - porque esta compreensão no momento eu não tinha - se neste caso específico não cabe, justamente porque houve um ato que foi, de alguma forma incorreto, uma vez que as pessoas trabalharam naquele dia. Então, o Líder do Governo e V. Exa., depois, na seqüência, se pudermos nos socorrer com a nossa assessoria jurídica, para vermos se cabe um decreto legislativo neste caso específico, uma vez que houve o dia trabalhado.

São essas ponderações que gostaria de fazer a V. Exa., ao Líder do Governo e, também, ao ilustre Líder da Oposição, Deputado Rossoni, para tentarmos solucionar esta situação que estamos tendo hoje.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente, agradeço a colocação de V. Exa. É pertinente e cabe, sim, à Mesa Executiva fazer uma análise se o ato foi praticado pelo Secretário, pelo Poder Executivo ou pelo Governador. Há que se fazer uma análise, sim, e é possível que caiba, perfeitamente.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, estou há pouco tempo na Assembleia, mas pelo que entendo de Regimento Interno, para qualquer votação de projeto que esteja na Ordem do Dia é preciso ter maioria absoluta: 28 Srs. Deputados. Portanto, não quer dizer só porque foi solicitada a verificação de quórum, porque em qual quer votação, como disse o Deputado Péricles, seria nula se votássemos com menos do que a maioria absoluta.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, tendo em vista que não há quórum para deliberar, apenas para seqüência da Sessão, estamos apresentando um requerimento, agora, que será analisado só segunda-feira, transformando o Plenário de segunda-feira em Comissão Geral.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Elio Rusch, não posso aceitar o requerimento de V. Exa., agora, porque a Sessão já está encerrada. Estamos, apenas, nas Explicações Pessoais.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, desculpe, a Sessão não está encerrada. A Sessão não tem quórum para deliberar, mas a Sessão continua. Enquanto a Sessão não cair eu apresento o requerimento. A Sessão não está encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Eu vou aceitar o requerimento de V. Exa.!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

O senhor me desculpe, mas o Requerimento pode ser aceito até o início da Ordem do Dia. É o regimento que prevê esse dispositivo. O requerimento não pode ser deliberado, mas não pode ser recebido mesmo pela Mesa. V. Exa. está correto.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

A minha dúvida é a seguinte: se não temos quórum para deliberar, o requerimento tem que ser deliberado?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Estou apenas recebendo o requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Vou falar em Explicações Pessoais, que é onde V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nós estamos nas Explicações Pessoais!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Mas eu ainda reitero a minha questão de ordem.

A minha questão de ordem é a seguinte: só pode ser recebido requerimento pela Mesa até o início da Ordem do Dia, ou houve uma modificação?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Acho que V. Exas. não estão entendendo. Eu estou recebendo o requerimento, posso receber o Requerimento, não estou colocando em votação o Requerimento. Estou recebendo o requerimento e só vou colocar em votação na segunda-feira.

Não posso colocar requerimento, hoje. Receber eu posso! Eu não posso apreciar o requerimento!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Exa. o senhor me desculpe. Eu não quero ficar polemizando com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Na segunda-feira nós votamos o requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

V. Exa. como Presidente da Casa é merecedor do nosso respeito, mas V. Exa. não pode receber o documento, porque o requerimento diz que só poder ser recebido até o início da Ordem do Dia. V. Exa. não pode receber, mesmo que seja para a Sessão plenária de segunda-feira.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, questão de ordem.

(Assentimento)

Ora, veja a grande contradição que está acontecendo neste momento. A preocupação dos Deputados da Oposição foi em transformar segunda-feira em Comissão Geral para não se adiar a votação dos serviços públicos e, agora, o Líder do Governo não quer mais votar...

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Deputado Rossoni, na verdade é o seguinte: V. Exa. atrapalhou a votação dos servidores, hoje, nesta Casa. Atrapalhou! Impediu a votação! O ônus é seu, sim! A maioria dos Deputados que está aqui é do Governo. V. Exa. criou todos os obstáculos!

Apresentar emendas, especialmente uma emenda demagógica que contraria inclusive o disposto da lei, que há possibilidade, em função de fechar o quadrimestre por reajuste. V. Exa. me desculpe. Demagogia, não! Tem limite! V. Exa. foi Líder do Governo do Jaime Lerner aqui, foi um período negro da história do Paraná. E nós aqui temos mantido, graças a Deus, uma relação de respeito, democrática, não só com os Deputados, mas com todos os servidores. Agora, quero dizer o seguinte: o ônus de não ter tido hoje a votação do reajuste dos servidores é da Oposição, que fez, na verdade, uma ação demagógica e não cumpriu o que havíamos ontem acordado na Comissão de Justiça.

Então, quero dizer a V. Exa., essa emenda mesmo que a Deputada Rosane aprovou ontem, ela não foi incluída na Comissão de Justiça, Deputado Durval Amaral, por compreensão dos Parlamentares das necessidade de votarmos hoje, aqui.

Sr. Presidente, encerro como Explicações Pessoais para não ter que ficar falando muito, mas quero dizer o seguinte: não é possível vermos tamanha demagogia. Vou continuar, sim, Deputado Tadeu Veneri, sempre conversando com os servidores tentando encontrar uma solução para discutir esse tema que acho da maior relevância.

Agora, quero dizer a V. Exa. que o Governo tem uma posição. O governo quer que os servidores da saúde trabalhem 40 horas. Essa é a posição do governo. A posição do governo é esta: os servidores só foram descontados em 2 dias por conta de um acordo que foi feito. Quero dizer que efetivamente a emenda não resolve o problema. O que resolve, efetivamente, é uma relação que sempre conseguimos manter, respeitosa e para que possamos buscar um entendimento para poder encontrar solução para isso. No mais, não venham aqui aqueles que durante anos massacraram os servidores, fazer demagogia barata com as ações da Assembléia Legislativa.

Lamento, Sr. Presidente, ouvir o que tenho ouvido aqui do Líder da Oposição por conta de que ele tem que começar a medir mais o que ele está falando, porque não é possível tanta demagogia!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, questão de ordem. Fui ofendido, gostaria que V. Exa..

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. sabe como ajo daqui da presidência. V. Exa. usou o horário das Explicações Pessoais, logo em seguida o Deputado Romanelli, agora asseguro a palavra ao Deputado Durval Amaral.

Deputado Durval Amaral (Democratas)

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Quero render aqui efetivamente a minha homenagem, não só à Deputada Rosane, mas a todos os Deputados que usaram o instrumento legal de apresentar emendas. Efetivamente essas emendas apresentadas, a Sessão estando transformada em Comissão Geral, deveriam receber um parecer, ou pela sua legalidade ou ilegalidade.

Claro que a Liderança do Governo, poderia por ter a maioria nesta Casa, votar contra e derrubar as emendas. E é evidente, não vamos aqui tampar o sol com a peneira, usando uma expressão bem popular, que quem obstruiu a votação nesta manhã foram os Deputados da base do governo. Isso está claro. Por quê? Agora mesmo chegou o Deputado Augustinho Zucchi, chegaram outros Deputados, se tivéssemos prolongado a Sessão, se não tivesse o pedido de chamada nominal, poderíamos ter votado tranqüilamente a matéria. Agora, ficaria o ônus, a base dogoverno de votar contra as emendas que vão de encontro ao interesse dos trabalhadores e servidores públicos do estado do Paraná.

Então, demagogia é tentar inverter essa ordem enfática. Demagogia é tentar imputar à Oposição, que de algum forma obstruiu, em hipótese alguma! Quem obstruiu, quem pediu chamada nominal, quem poderia pedir verificação de votação, nesta manhã, em prejuízo dos servidores públicos do estado do Paraná, são os Deputados da base do governo. Isso está muito claro, cristalino.

A minha solidariedade ao Deputado Valdir Rossoni, que conduziu muito bem a Oposição, em defesa dos servidores públicos do estado do paraná, que queria votar e quer votar de todas as formas e tanto quer votar, que apresentou agora mesmo um requerimento que V. Exa. sabiamente recebeu, não colocou em votação, apenas recebeu, transformando o Plenário em Comissão Geral na próxima segunda-feira.

Vejam os senhores, o governo passa um recibo quando não aceita sequer que esse requerimento seja recebido. O recibo de quê? O recibo de quem não quer essa votação. O recibo de quem quer postergar o reajuste dos servidores públicos do estado do Paraná.

Nobre Deputado Valdir, estamos em Explicações Pessoais. Deixar muito claro, é latente a intenção delibe-

rada do governo de não implantar esse reajuste retroativo a 1º de maio, que é o que a Oposição está propondo neste momento, para todos os servidores públicos do estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos)

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero voltar um pouco na questão do requerimento. Ontem, o requerimento que fizemos não foi recebido pela Mesa, porque a Ordem do Dia já estava em andamento. Hoje, me surpreendo, porque V. Exa., depois de ter dito que não receberia, partiu para uma posição diferente, dizendo que receberia o requerimento. Ora, Sr. Presidente, eu estive aí na Mesa e vi que este requerimento tinha apenas e tão somente 10 assinaturas. O que é que estou vendo, aqui, no plenário? Estou vendo que se iniciou uma nova coleta de assinaturas, na tentativa de fraudar aquele documento irregular, que foi apresentado. É inaceitável isso que está acontecendo nesta Casa.

Ao longo da minha vida, eu nunca vi tanta demagogia, como vi nesta manhã, aqui nesta Casa. Sr. Presidente, com boa vontade, poderíamos aceitar a emenda do Deputado Belinati, mas ela é demagógica, porque o Deputado Belinati deve saber, sim, que esta emenda que ele apresenta faz com que o projeto de lei do Governo do Estado vá para o espaço. E as duas outras emendas que foram apresentadas, não haveria nem a possibilidade da admissibilidade das mesmas. Elas são inaceitáveis, inconseqüentes e incabíveis!

Acho que precisamos, Sr. Presidente, de nos açoiarmos, aqui, nesta manhã, querendo um colocar a culpa em cima do outro. Não é assim! Cada um que assuma a sua responsabilidade. Quero dizer, Deputado Marcelo Rangel, discordando de V. Exa. que quando foi votar disse o seguinte: “Não fujo das minhas responsabilidades”. Deputado, o Parlamento tem várias saídas que interessam muitas vezes à Oposição e ao Governo. Sempre foi assim: instrumentos são colocados à disposição do governo, para serem usados na questão que faz com que os objetivos do governo sejam alcançados. Fui Líder da Oposição aqui e conheço bem todas estas questões. É inaceitável que certas coisas aconteçam, aqui, por exemplo, Deputados falando: “Não. Vamos fazer uma nova chamada.” Escuta, mas como? Alguém chegou, aqui, agora? Por que não chegou às 10h00? Não quero discutir as questões se deveriam estar aí ou não, mas são subterfúgios.

O governo tem uma posição. E nesse governo que passou, que ficou 8 anos e que agora está sendo lembrado por V. Exas., não descontava falta de ninguém, não descontava nada, porque ele passou todo o tempo, sem dar um centavo de aumento! Escarrou na cara dos funcionários públicos! E muitos se esquecem. É por isso que

muitos estão aqui querendo que não se fale no passado, porque o passado, muitas vezes, condena tudo aquilo que está se falando aqui, no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O Sr. Deputado Osmar Bertoldi está inscrito no horário de Explicações Pessoais.

Deputado Osmar Bertoldi (Democratas)

O SR. OSMAR BERTOLDI

Sr. Presidente, como o nome mesmo diz, estou inscrito no horário de Explicações Pessoais.

Estou vindo a esta tribuna porque entendo que todos os Deputados que estão presentes, pelo menos é o que me parece, têm uma intenção que é de votar o mais rápido possível a questão do aumento do funcionalismo público, se em uma negociação não foi possível chegar a um entendimento com relação a retirada ou não das emendas.

O que me deixa muito surpreso é que se nossa negociação não deu certo, o porque de muitas vezes a base do governo não querer que o requerimento da Oposição - muito bem intencionada - esse requerimento não se agilize? Já que as emendas estão aí e temos que ser práticos nesta hora, elas não vão ser retiradas e nós necessitamos que se agilize o processo de votação, para que possamos, o mais rápido possível, garantir o aumento do funcionalismo público. Venho neste horário porque sinto-me, às vezes ofendido, quando se fala muitas vezes aqui no passado, de responsabilidade. Quero dizer que se aqui estou, devo obrigação ao povo da minha cidade que me elegeu. Não estou aqui para ficar recebendo bronca de Deputado, pito aqui, pito dali. Até porque, ninguém está aqui para julgar a postura de ninguém. Quem tem que julgar a nossa postura dentro deste Parlamento é o povo do Paraná, e não Deputado ficar aqui contra Deputado, julgando posicionamentos, ou direcionamentos do seu modo de pensar nesta Assembléia.

Nunca tinha usado esse horário de Explicações Pessoais, mas hoje a coisa extrapolou de uma maneira muito ruim. Quem vai acabar perdendo com tudo isso? O funcionamento público! E muitas vezes, talvez por uma falta de maleabilidade do Governo, no sentido de que já que não deu certo a primeira estratégia, então vamos todos nós juntos nos agilizarmos para que possamos

votar, o mais rápido possível, o aumento do funcionalismo público, até porque este assunto está na Casa há um bom tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A intenção desta presidência sempre foi agilizar as votações para que as coisas efetivamente aconteçam. Quero esclarecer a V. Exa. que as emendas apresentadas vão a CCJ para a sua apreciação, uma vez que o requerimento apresentado para a transformação da próxima Sessão em Comissão Geral tem apenas 13 assinaturas.

Por esta razão vai à CCJ.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, segunda-feira vamos apresentar um requerimento, colher as 18 assinaturas necessárias para transformar o Plenário, na terça-feira, em Comissão Geral.

Encerramento da Sessão

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Cabe perfeitamente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 130, 157, 266 e 270/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 197, 233 e 311/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/07 e do Projeto de Resolução nº 011/07.

Levanta-se a Sessão.

